

CASO MASTER/ Com a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal, somente os advogados, o Ministério Público, quando acionado, e um grupo restrito de servidores do gabinete do magistrado têm acesso integral ao processo

Toffoli impõe sigilo máximo

» RAFAELA GONÇALVES

» Auditoria independente

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), elevou para sigilo máximo a ação apresentada pela defesa de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, contra a operação da Justiça Federal de Brasília que levou o empresário à prisão. A decisão foi tomada na sexta-feira, um dia após vir à tona a ofensiva jurídica de Vorcaro no Supremo.

Na quinta-feira passada, advogados do banqueiro ingressaram na Corte com uma reclamação, instrumento usado para assegurar o cumprimento de decisões do STF por instâncias inferiores. A defesa sustenta que a Justiça Federal de Brasília não tem competência para conduzir o caso e pede que o inquérito seja remetido ao próprio Supremo, em razão de um contrato imobiliário apreendido na investigação que cita o deputado João Carlos Bacelar (PL-BA).

O processo havia sido registrado sob segredo de Justiça. Após a publicação sobre o tema, Toffoli ampliou a restrição e classificou o caso como "sigiloso" o nível máximo previsto. Segundo o STF, uma resolução interna autoriza o relator a definir o grau de sigilo aplicável e permite revisar essa classificação a qualquer momento.

Com a mudança, desapareceram do sistema até informações básicas, como as iniciais das partes e a lista completa de advogados. Também deixou de ser possível consultar o andamento processual no site do tribunal, incluindo a entrada de peças ou eventuais decisões.

No regime de sigilo máximo, somente os advogados, o Ministério Públíco, quando acionado, e um grupo restrito de servidores do gabinete de Toffoli têm acesso integral ao processo. Procurado pelo *Correio*, o STF informou que uma resolução aprovada em 2025 atribui ao ministro relator a definição do nível de sigilo aplicado a processos, peças ou documentos. "A norma também prevê que essa classificação pode ser revista pelo próprio relator a qualquer momento", informou a assessoria de imprensa.

Toffoli participou, no ano passado, do I Fórum Jurídico Brasil de Ideias, em Londres, que contou com patrocínio do Banco Master. A presença do

ministro gerou questionamentos porque não ficou claro quem custeou as despesas da viagem, embora o tema envolvesse potenciais conflitos de interesse e demandas de transparência no relacionamento entre autoridades e patrocinadores privados.

Relações questionadas

O encontro reuniu, ainda, outros ministros do Supremo, como Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes. No caso de Moraes, sua esposa, a advogada Viviane Barci de Moraes, manteve contrato com o Master, o mesmo que patrocinou o evento e figura no centro das relações questionadas.

As investigações da PF sobre o Master apuraram operações financeiras e societárias ligadas a Vorcaro. O caso chegou à instância STF, que busca esclarecer a origem de recursos usados em negócios imobiliários e operações de crédito estruturadas pelo conglomerado, além de possíveis irregularidades na gestão de ativos e em vínculos com agentes públicos.

O inquérito também examina movimentações consideradas atípicas, como aportes e transferências entre empresas do grupo, ponto que embasa as buscas, apreensões e a prisão preventiva de Vorcaro. A defesa nega qualquer ilegalidade e afirma que todas as operações seguiram a legislação e as normas do Banco Central.

Andressa Anholete/SCO/STF



Decisão do ministro Dias Toffoli retirou do sistema dados do processo por incluir investigações de envolvimento do deputado João Carlos Bacelar (PL-BA)

MPF pede revogação de soltura de Vorcaro

O Ministério Públíco Federal (MPF) recorreu da decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que concedeu liberdade a Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, e a outros quatro executivos investigados na Operação Compliance Zero, da Polícia Federal.

No recurso, a Procuradoria Regional da República (PRR), ramo do MPF que atua na segunda instância, pede que as prisões sejam restabelecidas e argumenta que são necessárias devido à "gravidade do caso, diante de altíssima probabilidade de fuga e de violação da ordem pública, além de possível destruição de provas, ocultação de recursos e bens ainda não apreendidos".

Na sexta-feira passada, a desembargadora Solange Salgado da Silva autorizou a soltura dos executivos, mantendo medidas

restritivas, como tornozeleira eletrônica e a proibição de deixar o país. "Embora inegável a gravidade dos fatos e o vultoso montante financeiro envolvido", disse So lange, a adoção de medidas alternativas à prisão é "suficiente para, atualmente, acautelar o meio social, prevenir eventual reiteração delitiva, garantir a ordem econômica, garantir o regular prosseguimento da persecução penal e coibir o risco de fuga".

A desembargadora que concedeu a liberdade vigiada a Vorcaro, coincidentemente, foi acusada de gestão fraudulenta em processo no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2010, e, na ocasião, teve a defesa realizada pelo mesmo escritório que hoje defende o dono do Master.

Vorcaro é apontado como líder de uma fraude estimada em R\$ 12

bilhões em títulos vendidos para o Banco de Brasília (BRB). O caso será analisado pela 10ª Turma do TRF-1 já na próxima semana. Além do banqueiro, o MPF solicita a prisão de Augusto Ferreira Lima, ex-CEO e sócio do banco; Luiz Antônio Bull, diretor de Riscos, Compliance, RH, Operações e Tecnologia; Alberto Felix de Oliveira Neto, superintendente executivo de Tesouraria; e Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, sócio do banco.

O órgão alerta que a prática criminosa poderia continuar por meios telemáticos ou por intermédio de terceiros, e há risco de destruição de provas e combinação de versões pelos investigados, que não estão sujeitos a qualquer monitoramento ou restrição.

"Diante do quadro fático e do perfil dos investigados, com

acesso a sofisticados meios logísticos, financeiros e tecnológicos, a crença de que medidas cautelares diversas da prisão sejam suficientes à tutela da ordem pública, da ordem econômica, da instrução criminal e da aplicação da lei penal contradiz a situação fática e jurídica acima narrada", afirmou a Procuradoria.

O MPF reforça que a prisão é necessária. "Todavia, sob a ótica da proporcionalidade e da prevenção de riscos concretos, a segregação cautelar representa, no caso, a única medida com potencial real de dificultar significativamente a fuga, reduzir drasticamente a capacidade de comando direto da organização criminosa e mitigar a destruição de provas, desvio de recursos e a obstrução da instrução", concluiu. (RG)

CB DEBATE

Correio discute desafios do Nordeste

» CAETANO YAMAMOTO*

A economia do Nordeste vem crescendo nos últimos anos e se consolidando como um dos principais vetores do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Dados do relatório macrorregional do Nordeste do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV) mostram que a região teve o maior crescimento de rendimento domiciliar per capita, entre 2012 e 2024, de 26,7%, superior ao da média nacional, de 18,9%.

Entretanto, conforme o estudo do Ibre, a região segue com menor rendimento per capita do país, de R\$ 1.319, em 2024, o equivalente a 65% da média nacional. Com isso, a economia nordestina permanece dependente das políticas públicas e dos programas sociais.

Os setores de serviço e comércio, as atividades econômicas com maior saldo de empregos formais na região, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), são sensíveis à eficácia de políticas públicas. O monitoramento de medidas de estímulo, como os programas de crédito voltados às famílias, é essencial, segundo especialistas.

O Banco do Nordeste (BNB), uma das principais instituições que fortalecem a economia da região, tem diversos programas e estratégias para o crescimento sustentável e inclusivo da região, informou o presidente do BNB, Wanger de Alencar Rocha. Segundo ele, o banco segue focado em ampliar o microcrédito, fortalecer setores estratégicos como energia renovável, agro sustentável, indústria e tecnologia, e as novas contratações de empréstimos

avançam no ritmo de dois dígitos. "A estratégia é simples: crédito bom, orientação e proximidade com o território. Os resultados do último trimestre mostram que os financiamentos do banco permanecem em evolução. Tivemos R\$ 51 bilhões em novas contratações — 16,2% a mais que no mesmo período do ano passado — e desembolsamos R\$ 48 bilhões até setembro. Isso reflete uma demanda muito forte da região e a nossa capacidade de atender bem."

O executivo contou que conciliar crescimento econômico com redução de desigualdades é o "coração" do banco e que a principal maneira de reduzir as diferenças financeiras é dando crédito com orientação e construindo autonomia econômica. No terceiro trimestre do ano, o BNB registrou crescimento de 22,9% no resultado operacional, para R\$ 3,7 bilhões, e avanço de 30,7% no lucro líquido, para R\$ 2 bilhões. "Modernizamos processos internos, ampliamos parcerias e estamos aproximando o mercado da região com iniciativas como o Fórum do Investidor. Estamos nos tornando um banco mais ágil e mais conectado com os novos setores da economia", disse.

Mudança estrutural

O Nordeste vive uma mudança estrutural. Com a expansão da transição energética sendo um dos destaques, a região tem a maior capacidade instalada de energia solar e eólica do país, de acordo com dados do Ministério da Fazenda.

Na avaliação do diretor de Planejamento do Banco do Nordeste, Aldemir Freire, a região vem se consolidando nos últimos anos como o principal motor da expansão do setor elétrico brasileiro. "Há um consenso

mundial que não há transição energética mundial sem passar pelo Brasil. E a gente replica essa máxima para duas outras: não há transição energética brasileira que não passe pelo Nordeste, e não há transição energética do Nordeste que não passe pelo Banco do Nordeste", afirmou.

Freire apontou que a região invertiu a lógica de décadas, de uma região deficitária, passou a produzir significativamente mais energia elétrica do que consome, especialmente a partir de 2010. De acordo com o diretor, o volume de crédito do BNB para energia elétrica tem sido significativo, totalizando cerca de R\$ 43 bilhões, de 2018 a setembro de 2025. Desse montante, R\$ 19 bilhões foram destinados para energia solar; R\$ 21 bilhões a R\$ 22 bilhões para energia

eólica; e R\$ 2 bilhões para geração distribuída. "Essa área da energia como uma grande oportunidade histórica para a região. Nunca teve uma oportunidade em um segmento tão central para a economia brasileira e mundial, e com as vantagens que a região tem, que são as vantagens locacionais imbatíveis, tanto de sol quanto de vento", relatou.

Além do setor de energia renovável, segundo o presidente do BNB, a instituição tem interesse em transformar outros setores, como agronegócio sustentável, turismo, economia criativa, serviços tecnológicos, infraestrutura e indústria, em cadeia de valores robustos para a região. Para ele, nos próximos 10 anos, o Nordeste tem grandes oportunidades, mas o grande

desafio é transformar o potencial da região em projetos sólidos e escaláveis, com boa governança e impacto social.

Para aprofundar esse debate, autoridades, especialistas e lideranças se reúnem em um encontro, realizado pelo Correio Braziliense, em parceria com o BNB, amanhã. O seminário CB Debate: Os avanços do Nordeste. O objetivo é promover uma reflexão estratégica com especialistas sobre como o Nordeste pode continuar expandindo sua capacidade produtiva e social, de forma sustentável e equilibrada. O evento terá início às 8h30 e será transmitido pelas redes sociais do Correio.

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel



Presidente do BNB, Wanger de Alencar Rocha destaca crescimento de 16,2% nos financiamentos

ESTATAIS

Tesouro veta empréstimo dos Correios

O Tesouro Nacional informou aos Correios, ontem, que não dará o aval a um empréstimo de R\$ 20 bilhões caso as taxas de juros estejam acima de 120% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Dessa forma, o órgão recusou a proposta feita por bancos acima desse limite e, portanto, haverá nova rodada de negociação.

Esse teto é determinado pelo Comitê de Garantias do Tesouro, que avalia os juros para estados e municípios. Como o CDI é próximo à taxa básica da economia (Selic), de 15% ao ano, esse limite implica em juros máximos de 18% anuais.

Conforme informações do jornal *O Estado de São Paulo*, a proposta dos bancos cobrou juros de 136% do CDI, o que significa juros anuais de 20,4%. Cinco bancos fizeram a proposta: Banco do Brasil, Citibank, BTG Pactual, ABC Brasil e Safra.

No entendimento do Tesouro, os juros cobrados foram muito elevados para uma operação que tem garantias da União, o que foi visto como uma espécie de "abuso" por parte dos bancos. Apesar de os Correios terem pressa na negociação, o fato de o presidente Emanuel Rondon ter vindo do Banco do Brasil, com carreira no setor bancário, ajudou no entendimento de que a taxa estava elevada, já que se trata de uma operação com garantia da União.